

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------	----

Filosofia da ciência e do saber jurídico

TEORIA JURÍDICA E TRIBUTAÇÃO	15
<i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	

A FILOSOFIA E O TRIBUTO	25
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	

CIÊNCIA E IDEOLOGIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO	33
<i>André Folloni</i>	

Introdução	33
1 Ciência e objetividade	34
2 Ciência, descoberta e justificação	35
3 Ciência e poder, ser e dever-ser	36
4 Ciência e comunidade	37
5 Ciência e pontos de partida aceitos pela comunidade	38
6 Constituição: entre Direito e Política	38
7 Direito Tributário e ideologia	39
8 Ideologia e objetividade	40
Conclusão	42

CIÊNCIA DO DIREITO: FUNDAMENTOS, TRANSDISCIPLINARIDADE, VERDADE E JUSTIÇA	45
<i>Angela Vidal Gandra Martins</i>	

1 Introdução	45
2 Ciência do Direito e contextualização	46
3 Fundamentos e transdisciplinaridade	47
4 Teorias, verdade e justiça	48
5 Conclusão	49
6 Referências	50

CONSIDERAÇÕES SOBRE ECONOMIA E DIREITO: METODOLOGIA, AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E APLICAÇÃO DO DIREITO	53
<i>José Maria Arruda de Andrade</i>	
Economia e direito como metodologia jurídica	53
Usos relevantes de economia e direito	59
Economia e direito e aplicação do direito	60
Conclusão	67
TRANSDISCIPLINARIDADE DO DIREITO EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)	69
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
Introdução	69
1 Breves considerações sobre a ciência do direito	72
1.1 Dogmática jurídica	73
1.2 Legalidade	76
2 Programa transdisciplinar	77
2.1 Níveis de realidade	79
2.2 Lógica do terceiro incluído	81
2.3 Complexidade	82
2.4 Crítica à abordagem transdisciplinar	83
3 Abordagem transdisciplinar do estudo do direito	83
3.1 Autocrítica ao objeto da ciência do direito	85
3.2 Finalidade da norma estatal sancionadora	87
3.3 Se A é; deve ser B	89
3.4 Competência para normatizar	90
Conclusão	91
Referências	93
NOTAS SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE E O DIREITO TRIBUTÁRIO	97
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
1 Introdução	97
2 A especialização disciplinar	98
3 A interdisciplinaridade na pesquisa científica	103
4 Do reducionismo especializado à interdisciplinaridade no Direito Tributário	106
5 Das relações entre o Direito Tributário, a Contabilidade e a Economia	110
6 Conclusões	112

Estudos de teoria da norma e do ordenamento

NOTAS SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE SISTEMA DO DIREITO POSITIVO E ORDENAMENTO JURÍDICO	115
<i>Tárek Moysés Moussallem</i>	
SISTEMA JURÍDICO E COERÊNCIA: ALGUNS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA A SUA CONSTRUÇÃO	125
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i> <i>Túlio Venturini de Souza</i>	
Introdução	125
1 O que significa coerência? Em busca de um significado de coerência sob a perspectiva da lógica jurídica	127
2 Derrotabilidade – o que significa dizer que uma norma é “derrotável”?	133
3 A “consistência do legislador” – breves reflexões acerca da noção de consistência	139
4 O “postulado da unidade” e a necessidade de consistência valorativa no sistema jurídico	144
Conclusão	149

Estudos de interpretação do direito

INTERPRETAÇÃO ESTÁTICA OU DINÂMICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO: UM FALSO DILEMA	153
<i>Fernando Aurelio Zilveti</i>	
1 O problema foi lançado durante uma Mesa de Debates do IBDT	153
2 Interpretação como processo e como resultado	154
3 Variação dos conceitos de direito público e privado e o direito tributário	160
4 Um falso dilema: renda e sua alteração conceitual no tempo	165
5 Conclusão	167
REGRAS DE COMPETÊNCIA E A TEXTURA ABERTA DA LINGUAGEM NATURAL	169
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução	169
1 Recordando a polêmica sobre tipos ou conceitos	170
2 O debate entre Carrió e Soler na Argentina	172
3 Como se formam e se usam as palavras	177
4 Ausência de precisão nos limites não é ausência de limites	180
Conclusão	187
Referências	187

LEIS INTERPRETATIVAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: CRITÉRIOS PARA SUA IDENTIFICAÇÃO	191
<i>Pedro Adamy</i>	
1 Introdução	191
2 Leis interpretativas no direito tributário brasileiro	193
2.1 Critérios para identificação de leis interpretativas	196
2.1.1 Critérios formais	197
2.1.2 Critérios estruturais	198
2.1.3 Critérios materiais	199
2.2 Retroatividade das leis interpretativas	201
3 Conclusão	203
4 Referências	203

Estudos de argumentação jurídica e o problema da decisão

JUSTIFICAÇÃO DO FORMALISMO NO DIREITO TRIBUTÁRIO: ABORDAGEM PRAGMÁTICA	207
<i>Cristiano Araújo Luzes</i>	
1 Primeiras considerações	207
2 O problema da relação entre forma e substância no direito	209
3 Origens do formalismo como método de raciocínio decisório	215
4 Abordagem pragmática do problema	220
5 Justificação do formalismo jurídico	227
6 Referências	231
DA RETÓRICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO À RETÓRICA JURÍDICA	233
<i>Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo</i>	
Introdução	233
1 As retóricas: material, estratégica e analítica	233
2 A retórica da oralidade e o direito	237
3 A retórica da escrita e o direito	241
4 A retórica da imprensa e o direito	245
5 A retórica da internet e o direito	248
Considerações finais	252
Referências	252
DA LEI À DECISÃO: A SEGURANÇA JURÍDICA TRIBUTÁRIA POSSÍVEL NA PÓS-MODERNIDADE	255
<i>Sergio André Rocha</i>	
1 Legalidade estrita, tipicidade cerrada e a deificação da lei no Direito Tributário brasileiro	255
2 A contribuição de Sunstein e Vermeule e a leitura da teoria tributária brasileira clássica: formalismo e desconfiança institucional	264

3 A distinção entre texto e norma	268
4 A interpretação como uma atividade criativa	269
5 A natural e inevitável indeterminação da linguagem	272
6 Críticos da visão tradicional	278
7 Formalismo seletivo	282
8 Conclusão: do texto legal à decisão	285
9 Referências	287

POR QUE OS “PRECEDENTES” NÃO SÃO OBEDECIDOS?	293
--	-----

Lenio Luiz Streck

Introdução	293
A indeterminação do direito na tese precedentalista	293
O estoque de normas para o futuro	297
Conclusão	301
Referências	303

Problemas de filosofia e teoria da justiça

JUSTIÇA E AMIZADE	307
-------------------	-----

Luis Fernando Barzotto

Preliminares	307
1 Justiça e argumentação	308
2 A amizade e a determinação do sujeito de direito	308
3 A amizade e o devido a outrem: a reciprocidade	310
4 Considerações finais	312

TRIBUTAÇÃO E PUNIÇÃO COMO PRESSUPOSTOS CIVILIZATÓRIOS	313
---	-----

Arthur M. Ferreira Neto

1 Considerações introdutórias	313
2 Vida em comunidade: escolha convencional ou necessidade humana?	315
3 Tributação e punição como pressupostos civilizatórios	320
3.1 Tributação como custos contraprestacionais pela atuação do Estado ou como reconhecimento de participação na comunidade política	320
3.2 Punição como violação aos termos da convenção social ou como restauração da ordem jurídica rompida	326
4 Tributação de riqueza obtida por atos ilícitos: uma dupla violação ao compromisso com a comunidade política	331
5 Referências	332

DO PODER À FUNÇÃO TRIBUTÁRIA	335
<i>Marco Aurélio Greco</i>	
AS DISTINÇÕES ENTRE O CONSEQUENCIALISMO MORAL E O CONSEQUENCIALISMO NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	345
<i>Daniela Gueiros Dias</i>	
Introdução	345
1 Consequencialismo no âmbito moral	350
2 Consequencialismo judicial no Direito Tributário	354
Conclusão	361
Referências	362